

**A INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO DESPORTO:  
NOVOS DESAFIOS NA INTERVENÇÃO SOCIAL**

**THE SOCIAL INCLUSION THROUGH SPORTS:  
NEW CHALLENGES IN SOCIAL INTERVENTION**

**Salomé Marivoet**

*Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*

**Resumo:** Apesar do consenso geral relativo às potencialidades do desporto na criação de redes de sociabilidade e afinidade em espaços comunitários ou territoriais, a exclusão no desporto continua a manifestar-se, tanto mais quanto se manifesta nos diferentes espaços sociais de cada sociedade. Com este artigo, pretendemos contextualizar as potencialidades do desporto na inclusão social, em particular como espaço de aprendizagem de valores de solidariedade ou cooperação associados ao princípio do *fair play*. Na conceptualização do problema em análise, propõem-se conceitos ou noções capazes de se tornarem operativos na investigação empírica do fenómeno, tais como a afiliação, palco de proximidade, capital social, capital corporal, capital desportivo e empoderamento. No aprofundamento do tema, tivemos presente a relevância da dimensão social do desporto nas políticas europeias desde o início do século XXI, e os incentivos que daí advêm à constituição de um novo campo de intervenção e investigação das ciências sociais.

**Palavras-chave:** Desporto; Inclusão social; Intervenção; Capital; Afiliação.

**Abstract:** Despite the general consensus regarding the potential of sport in creating networks of sociability and affinity in community or territorial spaces, exclusion in sport continues to manifest, especially as it manifests in the different social spaces of each society. With this article, we intend to contextualize the potential of sport in social inclusion, particularly as a space for learning values of solidarity or cooperation associated with the principle of fair play. In the conceptualization of the problem under analysis, concepts or notions capable of becoming operative in the empirical research of the phenomenon, such as affiliation, stage of connect people, social capital, corporal capital, sports capital and empowerment, are proposed. In the deepening of the theme, we took into account the relevance of the social dimension of sport in European policies since the beginning of the 21st century, and the incentives that result from there, for the creation of a new field of intervention and research of social sciences.

**Keywords:** Sport; Social inclusion; Intervention; Capital; Affiliation

## Introdução

Nos tempos presentes marcados pela globalização, os muros culturais entre os povos tendem a desvanecer-se, tornando-se visível a diversidade humana. A par desta tendência, assiste-se também à reafirmação das identidades e das culturas, como salientaram Maffesoli (1988) e Friedman (2000), em alguns casos assumindo formas de radicalismo e hostilidade, e por isso, a acuidade do valor da tolerância e da inclusão social.

É atualmente consensual considerar-se, que o desporto constitui uma manifestação cultural com enormes potencialidade na aproximação das pessoas, das culturas e das nações, quer através da dinamização de sociabilidades, quer no veicular de sentidos identitários, de pertença, de fazer parte, isto é, de inclusão. A ética do desporto e os princípios fundamentais do Olimpismo expressos na Carta Olímpica<sup>1</sup>, veiculam justamente valores associados ao princípio do *fair play*, que orientam a ação desportiva para a inclusão e o combate a qualquer tipo de discriminação (Arnold, 1998; Simon, 2004; Marivoet, 2010, 2014a, 2016). Ainda assim, encontram-se atos de discriminação no desporto, nomeadamente racistas e xenófobos (Kassimeis, 2008; Hylton, 2009).

Certamente, que a manifestação de atos de discriminação no desporto será tanto maior quanto forem as desigualdades sociais, e os preconceitos étnicos, religiosos, de género, de deficiência, e de orientação sexual em cada sociedade. Mas esta realidade, não retira o reconhecimento geral das potencialidades inclusivas do desporto, nomeadamente na criação de redes de sociabilidade e afinidade em espaços comunitários ou territoriais, em que jovens inseridos em famílias desfavorecidas, ou sujeitas a qualquer tipo de discriminação, experimentam a interação social na base do respeito mútuo e da igualdade em torno do sentido de pertença ao grupo, contrariando assim as experiências exclusivas que as sociedades tendem a sujeitá-los.

É justamente com este entendimento, que as políticas desportivas europeias têm definido orientações estratégicas precisas, dirigidas à promoção do desporto inclusivo. Nestas, destaca-se o apoio à criação e desenvolvimento de projetos

---

<sup>1</sup> *Olympic Charter*, IOC, 2 August 2015. Disponível em: [acesso 2016 Outubro 31] [https://stillmed.olympic.org/Documents/olympic\\_charter\\_en.pdf](https://stillmed.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf)

no terreno, onde merece destaque o SPIN, *European Sport Inclusion Network*, financiado pela Comissão Europeia<sup>2</sup>. Em Portugal merece, também, destaque o projeto *Bola Pr'a Frente*, da Associação Nacional de Futebol de Rua, financiado pelo Programa Escolhas. Inserido no Alto Comissariado para as Migrações, o Escolhas foi criado em 2001, por iniciativa governamental, encontrando-se atualmente na 6.<sup>a</sup> Geração.

Já nos meios académicos, o tema ainda se encontra bastante marginal face às áreas de interesse dos investigadores das Ciências Sociais e do Desporto. Pretendemos então neste artigo evidenciar, como a dimensão social do desporto ganhou relevância desde a década passada, i.e., desde o início do século XXI, e desse modo os desafios que se colocam à problematização da inclusão social pelo desporto, seguramente, uma área de investigação emergente das Ciências Sociais, e em particular nas Sociologia do Desporto e a cumprir os primeiros passos no serviço social, que necessita de ser aprofundada.

## **A relevância da dimensão social do desporto nas políticas europeias**

Desde a segunda metade do século XX, que os ideais do desporto para todos têm vindo a servir de pano de fundo das políticas desportivas públicas, inicialmente incentivadas pelo Conselho da Europa, onde merece destaque a promulgação da Carta Europeia do Desporto para Todos, de 1975, seguida da Carta Europeia do Desporto, de 1992<sup>3</sup>. Com a institucionalização do movimento do desporto para todos, inicialmente expresso na sociedade civil durante os anos sessenta e setenta, o desporto tornou-se um dos direitos do cidadão, no caso português, desde 1976 consagrado no Art.º 79 da Constituição, por isso só após a instauração do regime democrático.

Mais recentemente, também a União Europeia tem tido um papel ativo na definição de políticas de desenvolvimento desportivo, nomeadamente a partir da assinatura do Tratado de Lisboa, em que o desporto passou a ser matéria de interesse comum. Justamente no mesmo ano, a Comissão Europeia lançou

---

2 *Inclusion of Migrants in and through Sports. A Guide to Good Practice*, SPIN, 2011. Disponível em: [acesso 2016 Outubro 31] <http://www.footballforequality.org/fileadmin/mediapool/pdf/spin/SPIN-GPG-sc.pdf>

*Equal access for migrant volunteers to sport clubs in Europe. A baseline study*. Victoria Schwenzer (org.), SPIN, 2016. Disponível em: [acesso 2016 Outubro 31] <http://www.footballforequality.org/projects/sport-inclusion-network/news/news-events/news/detail/News/baseline-study-equal-access-for-migrant-volunteers-to-sports-clubs-in-europe/>  
Handbook on volunteering of Migrants in Sport Clubs and Organizations, SPIN, 2016. Disponível em: [acesso 2016 Outubro 31] <http://www.footballforequality.org/http://www.footballforequality.org:80/projects/sport-inclusion-network/news/news-events/news/detail/News/handbook-on-volunteering-of-migrants-in-sport-clubs-and-organisations/>

3 *Carta Europeia do Desporto*, Conselho da Europa, 1992. Disponível em: [acesso 2016 Outubro 31] [https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?Ref=Rec\(92\)13&Sector=secCM&Language=lanEnglish&Ver=rev&BackColorInternet=9999CC&BackColorIntranet=FFBB55&BackColorLogged=FFAC75](https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?Ref=Rec(92)13&Sector=secCM&Language=lanEnglish&Ver=rev&BackColorInternet=9999CC&BackColorIntranet=FFBB55&BackColorLogged=FFAC75)

o Livro Branco sobre o Desporto<sup>4</sup>, onde se apresenta uma proposta de política desportiva europeia comum, na defesa do que designam de Modelo de Desporto Europeu. Neste documento estratégico da política desportiva europeia, que enfatiza o papel social do desporto, incentiva-se o uso das potencialidades do desporto na promoção da inclusão social, no estabelecimento da igualdade de oportunidades, e na prevenção e luta contra o racismo e a violência ou qualquer outra forma de discriminação.

Decorrente da salvaguarda dos princípios da dignidade, liberdade, igualdade e solidariedade consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, em vigor desde 2000<sup>5</sup>, o combate a qualquer tipo de discriminação, assim como a promoção da tolerância e inclusão social entraram na agenda política da União Europeia. Em 2008, foi criada a Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA), que constitui atualmente o órgão da União Europeia que tem por missão observar e prevenir a quebra destes princípios.

### **Desigualdades, discriminação e exclusão social**

Como têm concluído os autores da exclusão e das desigualdades sociais, nomeadamente Robert Castel (1998), com a introdução da noção da ‘nova questão social’ associada à precarização do trabalho, as formas de discriminação tendem a ser múltiplas. Como refere, encontram-se associadas às características sociais das pessoas, em particular a vulnerabilidade social a que se encontram sujeitas, as desvantagens económicas, sociais, mas também culturais e simbólicas.

Em 2008, justamente no ano da criação da FRA, a Comissão Europeia publicou o Eurobarómetro *Discrimination in the European Union: Perceptions, Experiences and Attitudes*<sup>6</sup>, com os resultados do levantamento realizado em Março desse ano. Os dados revelaram que: 62% dos europeus acreditava existir discriminação devido à etnicidade nos seus países; 51% devido à orientação sexual; 45% devido à deficiência; 42% respetivamente devido à idade e à religião ou crença; e 36% devido ao género. Como vemos, a perceção da discriminação dos europeus fornece evidências, de que no espaço dos países da União Europeia ainda existe um longo caminho a percorrer, para que os direitos fundamentais sejam realmente efetivos.

No atual contexto de crise, marcado pela precarização do trabalho e o aumento da criminalidade, tem-se assistido ao ressurgir de intolerâncias

---

4 Livro Branco sobre o Desporto / wp on sport, Comissão das Comunidades Europeias (COM(2007)391 final, de 11.07.2007). Disponível em: [acesso 2016 Outubro 31] <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52007DC0391&from=EN>

5 *Charter of Fundamental Rights of the European Union* (2000/C 364/01) 18.12.2000, Official Journal of the European Communities C 364/1. Disponível em: [acesso 2016 Outubro 31] [http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_en.pdf](http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_en.pdf)

6 *Discrimination in the European Union: Perceptions, Experiences and Attitudes, Special Eurobarometer 296*, European Commission, Fieldwork February – March 2008, Publication July 2008. Disponível em: [acesso 2016 Outubro 31] [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_296\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_296_en.pdf)

baseadas na origem étnica, preocupantes para a coesão e segurança dos cidadãos europeus no quadro da multiculturalidade dos países da União Europeia. Durante o Ano Europeu da Educação através do Desporto, em 2004, a Comissão Europeia publicou o Relatório Final intitulado *Studies on Education and Sport. Sport and Multiculturalism*<sup>7</sup>, que recomendava, justamente, a necessidade de serem empreendidas políticas públicas de inclusão e prevenção da discriminação, abuso e exclusão social.

Quatro anos depois, em 2008, a FRA então criada, lançou o Observatório sobre o racismo, a xenofobia e as intolerâncias relacionadas (RAXEN Network), e no ano seguinte, em 2009, promoveu um estudo, que teve por objetivo a identificação destas práticas discriminatórias no desporto, intitulado *Racism, Ethnic Discrimination and Exclusion of Migrants and Minorities in Sport. A Comparative Overview of the Situation in the European Union*, publicado em Outubro de 2010 pela FRA<sup>8</sup>, no qual participamos na equipa de investigadores liderada pelo VIDC Fair Play de Viena. Nas conclusões deste estudo foram identificadas formas de discriminação estrutural ou normativa propícias à exclusão, e de discriminação direta, i.e., de agressão ou outros atos atentatórios da dignidade dos atletas, em particular comportamentos racistas e xenófobos. O estudo teve também por objetivo identificar as boas práticas de prevenção e inclusão social através do desporto (Marivoet, 2014a)<sup>9</sup>.

## Pré-noções de inclusão social pelo desporto

Considera-se por inclusão social no desporto, a existência real de igualdade de oportunidades no seu acesso. Como boas práticas de inclusão no desporto encontra-se a promoção da prática desportiva generalizada, e a presença de pessoas tendencialmente excluídas na sociedade no exercício das atividades dirigentes e técnicas, i.e., que não seja exercida discriminação no acesso à prática, cargos ou funções profissionais no desporto, por motivos raciais, étnicos, religiosos, deficiência, género, orientação sexual, classe social ou outros<sup>10</sup> (Marivoet, 2014a).

7 *Studies on Education and Sport. Sport and Multiculturalism (Lot 3). Final Report*, A Report by PMP in partnership with the Institute of Sport and Leisure Policy Loughborough University, European Commission DG Education & Culture, August 2004. Disponível em: [acesso 2016 Outubro 31] <http://www.isca-web.org/files/Sport%20and%20Multiculturalism%20EU%202004.pdf>

8 *Racism, Ethnic Discrimination and Exclusion of Migrants and Minorities in Sport. A Comparative Overview of the Situation in the European Union*, FRA - European Union Agency for Fundamental Rights, October 2010. Disponível em: [acesso 2016 Outubro 31] [http://fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/Report-racism-sport\\_EN.pdf](http://fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/Report-racism-sport_EN.pdf)

9 *Tackling racism and discrimination in sport, Guide of Promising Practices, Initiatives and Activities*, FRA, 2013. Disponível em: [acesso 2016 Outubro 31] <http://fra.europa.eu/en/publication/2013/tackling-racism-and-discrimination-sport-guide-promising-practices-initiatives-and>

10 O princípio da Universalidade do desporto encontra-se consagrado no Art.º 79 da Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases da Atividade Física e Desporto (Lei 5/2007, de 16 de Janeiro).

Por seu lado, a inclusão social através do desporto remete para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, motoras ou outras, em que as boas práticas se dirigem à promoção do desporto formativo, i.e., privilegiando os princípios éticos do desporto e valores associados junto de crianças e jovens em meio escolar, ou em situações de risco de discriminação, como demonstraram nos seus trabalhos Sherry (2010) e Haudenhuyse, Theeboom & Nols (2012).

Ainda que carecendo de maior problematização teórica, as pré-noções de 'inclusão no desporto' e 'inclusão através do desporto', ao tornarem-se consensuais nos meios institucionais europeus, têm servido de orientação nas áreas de investigação de nível macro e micro da realidade social. Por exemplo, ao nível micro, a investigação-ação aliada à etnografia constitui uma possibilidade de estudo dirigida a projetos de desporto inclusivo específicos de intervenção no terreno, ou mesmo à orientação da atividade desportiva no âmbito de grupos ou equipas, cujos resultados se podem tornar muito profícuos no estudo das potencialidades do desporto como ferramenta de inclusão social, em particular ao nível do como fazer, como incrementar competências, que ultrapassam as meramente motoras ou desportivas.

### **Abordagem conceptual do problema**

Os processos de exclusão social, integração e inclusão, são áreas de investigação das ciências sociais, em particular nas áreas disciplinares da sociologia, psicologia, e nas multidisciplinares do serviço social e da economia social e solidária, que contam com um conhecimento consolidado, nomeadamente, no estudo das problemáticas da pobreza, das desigualdades sociais, da discriminação racial ou étnica, da deficiência e da educação. No entanto, será necessário problematizar as abordagens ou conceções teóricas existentes, tidas como princípios explicativos da realidade destes campos de análise, de modo a poderem enquadrar ou contextualizar a realidade no campo desportivo e, decorrentemente, sujeitá-las à investigação empírica, de modo a produzir conhecimento alicerçado na realidade dos factos sociais.

Revisitando a noção de anomia de Émile Durkheim ([1895-1899]1975), Robert Castel (1998) considera que a exclusão social é uma forma de desfiliação, decorrente da perda de participação na atividade produtiva associada ao isolamento relacional. O autor considera também, que a vulnerabilidade social é uma zona intermediária instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. A esfera do trabalho apresenta-se assim central aos olhos deste autor para a coesão da estrutura social e, decorrentemente, insere as desigualdades sociais nos processos de exclusão e de perda de cidadania.

Partindo, então, da noção de desfiliação de Castel, associada à perda de cidadania e à exclusão, consideramos, por oposição, que a noção de afiliação associada ao exercício de cidadania e à inclusão social pode esclarecer, do ponto



de vista conceptual, a intervenção social no desporto, justamente pelo facto deste constituir um espaço social orientado para a criação de redes de sociabilidade e de participação cívica, na produção e reprodução de identidades várias, incluindo as territoriais e nacionais, como vários estudos têm vindo a revelar (Dauncey & Hare, 1999; Finn & Giulianotti, 2000; Miller et al., 2001; Giulianotti & Robertson, 2007; Marivoet, 2006a, 2006b).

Também o conceito sociológico de capital social apresenta enormes potencialidades na teorização do problema no campo do desporto. Inicialmente proposto por Pierre Bourdieu (1979, 1980, 1985), tem vindo a ser desenvolvido por outros autores, nomeadamente Putnam, no estudo comparativo sobre o desenvolvimento de comunidades, e Coleman enquanto recurso mobilizável no alcance dos objetivos e satisfação dos interesses pessoais, tal como assinalaram Portes (2000) e Almeida (2011).

Entrando em rutura com as tradicionais abordagens marxistas no estudo das classes sociais, que privilegiam o lugar que os indivíduos ocupam na esfera produtiva e a posse dos meios de produção na estratificação social, Bourdieu (1979) introduziu os conceitos de capital económico, cultural e social na análise dos processos de produção e reprodução das identidades de classe. Também os gostos e as práticas culturais constituíram indicadores de posição de classe ou fração desta, onde incluiu os hábitos desportivos. No desenvolvimento desta abordagem, Pociello (1987) acrescentou o capital corporal, e num trabalho anterior, introduzimos também a noção de capital desportivo, entendido como habilidade ou gosto pela performance desportiva, enquanto recurso mobilizável pelos indivíduos que o detêm (Marivoet, 1997a, 1997b).

Nos elementos constitutivos do capital social, Bourdieu (1980, 1985) identificou as redes de relações sociais, que permitem aos indivíduos ter acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede, e a quantidade e a qualidade de recursos do grupo. Segundo Bourdieu, as relações estabelecidas entre os indivíduos pertencentes a um determinado grupo não advêm apenas da partilha das relações objetivas ou do mesmo espaço socioeconómico, mas também das trocas materiais e simbólicos, cuja instauração e perpetuação pressupõe o reconhecimento dessa proximidade. Ora os clubes ou organizações desportivas apresentam-se, justamente, como espaços de criação de redes sociais produtoras de capital social, tal como acontece em outras esferas da vida social, como a família, a escola, a igreja, etc. É pois através destas redes sociais que o indivíduo adquire sentimentos de pertença, de fazer parte da sociedade, e por isso de inclusão.

Bourdieu salientou também os benefícios obtidos pelos indivíduos mediante a participação em grupos ou redes sociais, nomeadamente a capacidade do capital social ser transformado em capital cultural ou capital económico, sendo que no caso das práticas desportivas poderíamos acrescentar o capital corporal (Pociello, 1987), e ainda o capital desportivo (Marivoet, 1997 a/b), aumentando-se assim as possibilidades de empoderamento social (Pinto, 2011). Neste contexto, o desporto apresenta-se como um espaço promotor de recursos geradores de inclusão social.



Contudo, esta problematização teórica, ainda que do ponto de vista conceptual nos permita orientar a investigação, carece de comprovação empírica mais consolidada, sendo por isso necessário ampliar e diversificar o estudo da realidade.

Na abordagem teórica da linha de investigação de inclusão social no e através do desporto que temos vindo a desenvolver, recorreremos ao conceito de capital social proposto por Bourdieu (1980, 1985). Adotámos também a noção de afiliação por oposição à noção de desfiliação associada à perda de cidadania e exclusão, proposta por Robert Castel (1988). Na metodologia de investigação-ação nos estudos de caso realizados, por isso ao nível micro, utilizámos os testes sociométricos para o estudo da estrutura das relações dos grupos em análise, de modo a identificar os elementos excluídos ou autoexcluídos (Northway & Weld, 1999). Uma segunda aplicação destes testes permitiu avaliar as estratégias inclusivas implementadas, no sentido de aproximar as crianças e jovens em situação de exclusão, através da criação do que designámos de ‘palcos de proximidade’ na interação desportiva durante as aulas ou treinos. Tendencialmente, os resultados apontaram para uma taxa média de sucesso bastante elevada (Marivoet, 2014b/c).

Ainda ao nível micro, a investigação-ação poderia ser acompanhada da realização de estudos que permitissem avaliar a eficácia e o alcance das metodologias implementadas em projetos inclusivos, o que se traduziria numa mais-valia para o conhecimento neste campo de intervenção, nomeadamente a precisão de critérios validados de boas práticas. Já ao nível macro, a investigação dos casos de exclusão e discriminação no desporto, tendo em vista a avaliação da sua dimensão e impacto na sociedade, assim como a compreensão da natureza e dos processos que lhe estão subjacentes, se apresenta como uma possibilidade de estudo, seguramente imprescindível ao desenvolvimento do conhecimento empírico da realidade, tal como concluiu o estudo da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais já referido.

Porém, dado o investimento que os estudos mais abrangentes requerem em termos de meios e recursos humanos, só será possível o seu desenvolvimento com a captação de financiamento, o que poderá ser um obstáculo, especialmente quando escasseia o interesse nestas áreas temáticas nos programas nacionais de financiamento à investigação científica, pelo menos em Portugal. Certamente, que um maior conhecimento da realidade permitiria aprofundar as formas e os processos de exclusão e discriminação que se manifestam no desporto, indispensável para servir de apoio aos programas e projetos que promovem no terreno o desporto inclusivo, e assim contribuir para a fundamentação de políticas desportivas dirigidas à sua promoção.

## **Considerações finais**

Apesar do consenso geral relativo às potencialidades do desporto na criação de redes de sociabilidade e afinidade em espaços comunitários ou territoriais, a

exclusão no desporto continua a manifestar-se, tanto mais quanto se manifestar nos diferentes espaços sociais de cada sociedade. Daí a importância que tem vindo a ser dada pelas entidades públicas, na promoção e divulgação de estudos e iniciativas consideradas de boas práticas de inclusão no e através do desporto.

Os factos apontam, que para o desporto ser inclusivo, a orientação da prática desportiva deverá contemplar estratégias que visem alcançar objetivos de inclusão social. Ainda assim, para que o desporto se torne verdadeiramente inclusivo, em particular junto de populações jovens mais desfavorecidas, e/ou sujeitas a formas de discriminação, e/ou com menores habilidades na produção das performances desportivas, serão necessárias políticas públicas de inclusão e de prevenção das formas de discriminação, abuso e exclusão e o desenvolvimento de ferramentas sociodesportivas de intervenção, que encontram no campo do serviço social terreno fértil para o seu desenvolvimento.

Na problematização teórica da inclusão social pelo desporto, a noção de afiliação parece-nos ser de grande alcance na explicação dos processos sociais subjacentes, tanto mais que o desporto se apresenta como um espaço social orientado para a criação de sociabilidades e redes de participação cívica na produção e reprodução de várias identidades, tais como as comunitárias, organizacionais, locais ou nacionais, potenciadoras do empoderamento, em particular junto de populações jovens mais desfavorecidas. Também, como vimos, as noções de capital social, capital desportivo, capital corporal e palcos de proximidade são passíveis de se tornarem conceitos operativos, com enormes potencialidades no estudo empírico da inclusão social no espaço desportivo.

Em conclusão, a inclusão social através do desporto constitui hoje um novo campo de investigação, colocando-se vários desafios no aprofundamento dos seus fundamentos conceptuais, e dos princípios explicativos dos processos sociais que encerra, tal como pretendemos evidenciar neste artigo. Estamos convictos, que o conhecimento científico será indispensável à compreensão dos factos sociais em análise, e necessário para a precisão e prossecução dos objetivos dos projetos em curso, ou dos que venham a ser empreendidos, quer no espaço desportivo, quer em projetos mais abrangentes onde se recorra ao desporto como ferramenta de inclusão social, assim como na avaliação do impacto da intervenção social desenvolvida nesta área do serviço social.

## Referências

- Almeida, J. (2011). *O Capital Social*. Lisboa: INCM.
- Arnold, P. J. (1998). *Sport, Ethics and Education* (2). London: Cassel.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction Critique Sociale du Jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 31, 2-3.

- Bourdieu, P. (1985). The forms of capital. In J. G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Nova Iorque: Greenwood, pp. 241-58.
- Castel, R. (1998). *As Metamorfoses da Questão Social* (9). Petrópolis: Editora Vozes.
- Dauncey, H., Hare, G. (Eds.) (1999). *France and the 1998 World Cup: The National Impact of a World Sporting Event*. London: Frank Cass.
- Durkheim, É. ([1895-1899]1975). *Religion, Morale, Anomie, Textes* 2. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Finn, G. P.T. e R. Giulianotti (Eds.) (2000). *Football Culture. Local Contests, Global Visions*. London: Frank Cass.
- Friedman, J. (2000). *Cultural Identity e Global Process* (4). London: Sage Publication.
- Giulianotti, R & Robertson, R. (Eds.) (2007). *Globalization and Sport*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Haudenhuyse, R., Theeboom, M. & Nols, Z. (2012). Sports-based interventions for socially vulnerable youth: Towards well-defined interventions with easy-to-follow outcomes?. *International Review for the Sociology of Sport*, n.º 48, vol 4, 471-484.
- Hylton, K. (2009). *'Race' and Sport. Critical Race Theory*. London: Routledge.
- Kassimeris, C. (2008). *European Football in Black and White. Tackling Racism in Football*. Lanham: Lexington Books.
- Maffesoli, M. (1988). *Le temps des tribus. Le déclin de l'individualisme dans les sociétés postmodernes*. Paris: La Table Ronde.
- Marivoet, S. (2016). Ética do Desporto – Princípios, Práticas e Conflitos. Análise sociológica do caso português durante o Estado Democrático do século XX - Tomo I. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas.
- Marivoet, S. (2014a). Challenge of Sport Towards Social Inclusion and Awareness Raising Against any Discrimination. *Physical Culture and Sport. Studies and Research*, vol. LXIII, 3-11.
- Marivoet, S. (2014b). Inclusão Social no Desporto. Contributos para uma nova área de investigação. In *40 anos de democracia(s): progressos, contradições e prospetivas. Atas do VIII Congresso Português de Sociologia*. Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em: [acesso 2016 Outubro 31] [http://www.aps.pt/viii\\_congresso/VIII\\_ACTAS/VIII\\_COM0684.pdf](http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0684.pdf)
- Marivoet, S. (2014c). O desporto como Palco de Proximidade e Inclusão Social. In Sanches, I. (Org.). *Para uma Educação Inclusiva. Dos Conceitos às Práticas*, Volume III. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 9-24.
- Marivoet, S. (2013). Inclusão Social no e pelo Desporto. Um desafio do Século XXI. In P. M. Pinto (Coord.). *Olímpico. Os jogos num percurso de valores e de significados*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 91- 98.
- Marivoet, S. (2010). Sociological Approach on Sports Ethics in a Context of Social Change. *Physical Culture and Sport. Studies and Research*, vol. XLIX, 39-52.
- Marivoet, S. (2006a). *Euro 2004TM Um evento global em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Marivoet, S. (2006b). UEFA Euro 2004TM Portugal: The social construction of a sports mega-event and spectacle. In J. Horne & W. Manzenreiter (Eds.). *Sports Mega-Events. Social Scientific Analyses of a Global Phenomenon*. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 127-143.
- Marivoet, S. (1997a). Investimentos sociais em carreiras desportivas. *Revista Horizonte*, vol. XIII - nº 76, 26-31.
- Marivoet, S. (1997b). Dinâmicas sociais nos envolvimento desportivos. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 23, 101-113.
- Miller, T., G. Lawrence, J. McKay & D. Rowe (2001). *Globalization and Sport*. London: Sage Publications.
- Northway, M. L. & Weld, L. (1999). *Testes Sociométricos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pociello, C. et al. (1987). *Sports et Société approche socio-culturelle des Pratiques*. Paris: Éditions Vigot.
- Portes, A. (2000). Capital Social: Origens e Aplicações na Sociedade Contemporânea. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 33, 133-158.
- Pinto, C. (2011). *Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Política Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Sherry, E. (2010). (Re)engaging marginalized groups through sport: The Homeless World Cup. *International Review for the Sociology of Sport*, nº 45, vol. 1, 59-71.
- Simon, R. L. (2004). *Fair Play: The Ethics of Sport* (2). Colorado: Westview.